

Transmissora Sul
Litorânea de
Energia S.A. - TSLE

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e aos acionistas da
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos financeiros de concessão de serviço público (Transmissão de Energia)

Veja a Nota 4(c) e 8 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no montante de R\$944.362 em 31 de dezembro de 2017 referente ao ativo financeiro reconhecido conforme requerimentos da ICPC 01 e OCPC 05. O reconhecimento e mensuração desses ativos financeiros de concessão exigem da Companhia alto grau de julgamento na determinação das estimativas para atualização dos saldos contábeis, sendo que as principais premissas são: alocação dos custos e despesas relacionados a operação e manutenção, determinação das receitas com ativo financeiro de concessão apurada com base nas taxas internas de retorno, determinação das receitas e custos de construção que estão diretamente relacionados aos investimentos realizados e a mensuração da parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão que serão indenizados pelo poder concedente. Devido às incertezas existentes na determinação dessas estimativas, bem como ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia na determinação das estimativas para atualização dos saldos de ativos financeiros de concessão. Adicionalmente, validamos os principais dados utilizados nos cálculos para atualização dos saldos de ativos financeiros, sendo que os principais são: Receita Anual Permitida – RAP do exercício corrente validada através da inspeção dos avisos de crédito mensais disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, estimativa da Receita Anual Permitida – RAP para os exercícios futuros através da análise das Resoluções Homologatórias disponibilizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, investimentos ocorridos no exercício mediante inspeção documental através de amostras, análise da classificação dos gastos e despesas com operação e manutenção e recálculo da taxa interna de retorno. Após essas validações efetuamos o confronto com os saldos contábeis apresentados nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros de concessão de serviço público, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas



divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.723	6.208	Fornecedores e empreiteiros	10	12.090	18.266
Concessionários e Permissionários	6	11.069	12.242	Empréstimos e Financiamentos	11	39.124	37.231
Impostos a recuperar	7	1.645	1.036	Debêntures	11	2.714	-
Estoques		9.860	8.434	Folha de pagamento		109	83
Despesas antecipadas		61	61	Impostos e contribuições a recolher		1.712	1.587
Ativo financeiro de concessão	8	97.704	30.249	Provisões contratuais	10	16.981	31.361
Outros		861	752	Taxas regulamentares	12	3.283	2.945
				Dividendos a Pagar	15	2.715	-
Total do ativo circulante		<u>127.923</u>	<u>58.982</u>	Outros		<u>71</u>	<u>391</u>
				Total do passivo circulante		<u>78.799</u>	<u>91.864</u>
Ativo financeiro de concessão	8	846.658	896.549	Empréstimos e Financiamentos	11	397.759	417.621
Cauções e depósitos vinculados	9	41.416	18.214	Debêntures	11	130.806	-
Impostos a recuperar	7	3	3	Impostos diferidos	13	22.968	20.894
Despesas antecipadas		599	661	Adiantamento para aumento de capital - AFAC	14	-	171.361
Imobilizado		<u>2.309</u>	<u>2.389</u>	Total do passivo não circulante		<u>551.533</u>	<u>609.876</u>
Total do ativo não circulante		<u>890.985</u>	<u>917.816</u>	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		379.861	280.000
				Reservas de lucros		8.715	-
				Prejuízos acumulados		-	(4.942)
				Total do patrimônio líquido		<u>388.576</u>	<u>275.058</u>
Total do Ativo		<u><u>1.018.908</u></u>	<u><u>976.798</u></u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u><u>1.018.908</u></u>	<u><u>976.798</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. -TSLE

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	16	115.858	103.329
Custo de construção		(24.985)	(9.381)
Custo de operação	17	<u>(11.130)</u>	<u>(8.473)</u>
Lucro bruto		<u>79.743</u>	<u>85.475</u>
Despesas administrativas	18	(3.245)	(2.686)
Impairment sobre o ativo financeiro		<u>-</u>	<u>11.871</u>
Total das despesas operacionais		<u>(3.245)</u>	<u>9.185</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>76.498</u>	<u>94.660</u>
Receita financeira		6.602	3.222
Despesa financeira		<u>(64.654)</u>	<u>(68.980)</u>
Resultados financeiros líquidos	19	<u>(58.052)</u>	<u>(65.758)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>18.446</u>	<u>28.902</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>(2.074)</u>	<u>(18.041)</u>
Resultado do exercício		<u><u>16.372</u></u>	<u><u>10.861</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício		<u>16.372</u>	<u>10.861</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>16.372</u></u>	<u><u>10.861</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	A destinar		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>280.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.803)</u>	<u>264.197</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.861</u>	<u>10.861</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>280.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.942)</u>	<u>275.058</u>
Aumento de capital social	99.861	-	-	-	99.861
Resultado do exercício	-	-	-	16.372	16.372
Destinações:					
Reserva legal	-	572	-	(572)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.715)	(2.715)
Transferência para reserva de lucros a destinar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.143</u>	<u>(8.143)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de Dezembro 2017	<u>379.861</u>	<u>572</u>	<u>8.143</u>	<u>-</u>	<u>388.576</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		18.446	28.902
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais			
Receita financeira	8	(92.686)	(97.494)
Receita de O & M	8	(13.395)	(11.101)
Amortização ativo financeiro	8	113.106	115.295
Impairment	8	-	(11.871)
Depreciação		105	-
Custos de captação apropriados		62	-
Juros sobre debêntures		11.189	-
Juros sobre empréstimos		41.253	44.624
		<u>78.080</u>	<u>68.355</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Concessionárias e Permissionárias		1.173	228
Despesas antecipadas		62	2.481
Impostos a recuperar		(609)	(498)
Estoques		(1.426)	299
Outros		(109)	(752)
		<u>(909)</u>	<u>1.758</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores, empreiteiros e provisões contratuais		(20.556)	8.872
Impostos e Contribuições		125	(440)
Taxas regulamentares		338	1.139
Folha de pagamento		26	11
Outros		(320)	391
		<u>(20.387)</u>	<u>9.973</u>
Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais			
		56.784	80.086
Juros sobre financiamentos pagos		(35.553)	(38.047)
Juros sobre debêntures pagos		(11.190)	-
		<u>(46.743)</u>	<u>(38.047)</u>
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais			
		10.041	42.039
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições do imobilizado		(25)	(228)
Adições ao ativo financeiro - Concessão		(24.589)	(9.381)
		<u>(24.614)</u>	<u>(9.609)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
		(24.614)	(9.609)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures		151.282	-
Pagamento dos custos de captação		(14.906)	-
Captação de empréstimos e Financiamentos		1.860	6.750
Cauções e depósitos vinculados		(23.202)	479
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	14.502
Devolução Adiantamento para futuro aumento de capital		(71.500)	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(24.526)	(53.746)
Amortização de Debêntures		(3.920)	-
		<u>15.088</u>	<u>(32.015)</u>
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento			
		15.088	(32.015)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		515	415
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.208	5.793
		<u>6.723</u>	<u>6.208</u>

As transações que não envolveram o caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 23.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, em janeiro de 2017 a Companhia emitiu 150.000 mil debêntures, equivalente a R\$151.283. A emissão destas constitui peça fundamental na estruturação de dívida de longo prazo e estava prevista no plano de negócios da Companhia elaborado para participação no leilão de energia em 2012.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- SE Nova Santa Rita 525 kV;
- SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;
- SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAR;
- SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;
- Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão,

especificamente na SE Povo Novo. A RAP anual para este projeto é de R\$5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses. Iniciou-se as operações comerciais destas instalações em janeiro de 2018.

3 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2018.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende “Caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber” e “ativos financeiros de concessão”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Contas a receber - Concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

c. Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de transmissão de energia elétrica. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 e OCPC 05. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo financeiro este direito de cobrar os usuários durante período de concessão, sendo o valor realizado conforme divulgado no item (i).

Adicionalmente, a Companhia possui em seus contratos, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconhece outro ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão.

Maiores informações sobre os contratos de concessão estão incluídos na nota explicativa nº 2.

(i) *Dos usuários*

A Companhia reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 4.e, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme descrito abaixo.

O recebível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescido das variações monetárias, quando contratadas.

(ii) *Poder concedente - Indenização*

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (União) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

(iii) *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros*

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

O ativo financeiro é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos financeiros (*impairment*), utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos.

Os testes de *impairment* e os impactos no resultado do exercício estão apresentados na nota 8.

d. Taxas regulamentares

Trata-se de encargos do setor elétrico brasileiro, pagos mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, exceto os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

e. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de operação e manutenção (O & M)

A receita de operação e manutenção compreende a parcela da receita que cobre os custos da empresa com a operação e manutenção, necessários à continuidade de suas atividades. Estão incluídos os encargos sobre a receita, *pis* e *cofins*, custos de pessoal, material, serviços e outros, incluindo os gastos administrativos.

(ii) Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iii) Receita com ativo financeiro

A receita financeira, decorrente do ativo financeiro, é reconhecida na medida em que o ativo financeiro amortizável registrado no ativo circulante e não circulante é realizado, conforme prazo da concessão estipulado em contrato. O cálculo desta receita é baseado na taxa interna de retorno calculada internamente, conforme premissas definidas pela administração.

Uma pequena parte desta receita é referente à construção, sendo registrada em contrapartida ao custo de construção, que são os investimentos feitos neste ativo financeiro. A receita é igual ao custo devido à decisão da empresa por trabalhar com margem de lucro de construção "zero".

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

g. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais do CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- I - Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- II - Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- III - Determinar o preço da transação.
- IV - Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- V - Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com o CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia auferiu receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:

a) Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia é remunerada principalmente

por aprimoramento da infraestrutura para prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor, para permitir posteriormente a Companhia a explorar esta infraestrutura e obter suas demais receitas. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

b) Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da receita anual permitida - RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, a fim de evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:

- I. Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- II. Novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- III. Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Ativos financeiros

O CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, que possuem termos contratuais que estabelecem datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” (VJORA).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A Companhia está avaliando e documentando os modelos de negócios para os seus ativos financeiros, divulgados na nota nº 8. Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

Ativo financeiro oriundos dos Contratos de Concessão:

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.

A Companhia também considera que não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, e, portanto, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Com o CPC 48 a Companhia avaliou que o ativo financeiro proveniente da receita oriunda do direito incondicional de receber caixa, atualmente classificado como empréstimos e recebíveis, continuará a ser avaliado pelo custo amortizado.

A companhia está avaliando alterar a forma de mensuração da parcela do ativo financeiro que se realizará através de indenização para valor justo por meio do resultado. Não são esperados impactos materiais advindos desta mudança.

Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é o modelo obrigatório no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido no CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito, assim como revisão das atuais políticas de provisionamento. Dados os atuais níveis de perdas de crédito e avaliação das perdas esperadas futuras com base em aging list, não são esperados impactos materiais advindos da alteração.

Passivos financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39/CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo através do resultado são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Adicionalmente, caso um contrato contenha um ou mais derivativos embutidos e o contrato principal não seja um ativo financeiro conforme CPC 48, a Companhia poderá designar o contrato híbrido inteiro ao VJR. No entanto, isso não se aplica se o derivativo embutido for insignificante, ou se for óbvio que a separação do derivativo embutido seria proibida.

A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Desta forma, não são esperados impactos materiais relacionados à classificação dos passivos financeiros quando da adoção do CPC 48.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixas e depósitos bancários à vista	7	24
Aplicações financeiras	<u>6.716</u>	<u>6.184</u>
	<u>6.723</u>	<u>6.208</u>

As Aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária e com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujos rendimentos são de 100% do CDI.

6 Concessionários e permissionários

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF sobre aplicações financeiras	1.172	480
IRRF sobre faturamento	292	339
CSLL sobre faturamento	181	217
Outros	3	3
	<u>1.648</u>	<u>1.039</u>
Circulante	1.645	1.036
Não circulante	3	3

8 Ativo financeiro

A Companhia possui um Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012- ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

Em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia possui R\$175.399 (R\$ 150.413 em 31 de dezembro de 2016) como contas a receber do poder concedente, referentes ao montante indenizável ao final da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial. Como esse valor será indenizável apenas em 2042, o montante está registrado no ativo não circulante.

A Companhia possui também o ativo financeiro amortizável pela Receita Anual Permitida (RAP), que é atualizado pela receita financeira, e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção. Este montante está segregado entre ativo circulante e ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do circulante é R\$97.704 e, não circulante, R\$671.259 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$30.249 no circulante e R\$746.136 no não circulante).

Ativo financeiro	31/12/2017	31/12/2016
Ativo financeiro amortizável - RAP	<u>97.704</u>	<u>30.249</u>
Total circulante	97.704	30.249
Ativo financeiro amortizável - RAP	671.259	746.136
Ativo financeiro indenizável	<u>175.399</u>	<u>150.413</u>
Total não circulante	<u>846.658</u>	<u>896.549</u>
Total	<u>944.362</u>	<u>926.798</u>

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo financeiro:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial do ativo financeiro	926.798	912.246
(+) Receita de construção (Nota 16)	24.589	9.381
(+) Receita dos serviços de O & M (Nota 16)	13.395	11.101
(+) Receita com ativo financeiro (Nota 16)	92.686	97.494
(-) Amortização - Receita anual permitida (RAP)	(113.106)	(115.295)
(+/-) Reversão/Provisão <i>Impairment</i>	-	11.871
	944.362	926.798
Saldo do ativo financeiro	944.362	926.798

Em 2015 a Companhia concluiu o processo de unitização dos bens perante a ANEEL e com isso reavaliou a estimativa de ativo financeiro indenizável.

Impairment

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2017, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. Como a Companhia possui somente uma única concessão (nº 020/2012-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa - UGC.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Em 31 de dezembro de 2017, através das avaliações efetuadas, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros.

Principais premissas adotadas

	2017
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão	5,85 pós-tax
Preço da receita anual permitida projetada	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL.
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita anual permitida
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações

9 Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia possui o valor de R\$ 41.416, (R\$ 18.214 em 31 de dezembro 2016) referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES no montante de R\$ 33.387 e debêntures no montante de R\$8.029 em 31 de dezembro de 2017.

10 Fornecedores e empreiteiros

a. Fornecedores e empreiteiros

	30/09/2017	31/12/2016
Materiais	9.985	8.611
Serviços	2.105	9.655
	12.090	18.266

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão.

b. Provisões contratuais

O montante de R\$ 16.981 (R\$31.361 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento, os valores foram reconhecidos quando ocorreram as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/ aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	39.124	37.231
Debêntures (b)	2.714	-
Total circulante	41.838	37.231
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	397.759	417.621
Debêntures (b)	130.806	-
Total não circulante	526.565	417.621

a. BNDES

Subcrédito	A	B
Valor total do crédito (R\$)	420.180.307	71.677.817
Sistema de Amortização	165 parcelas	165 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,28% a.a.	TJLP +1,88% a.a.
Data da amortização	15 de junho de 2015	

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$ 39.124 e R397.759 no passivo circulante e não circulante, respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES).

Convenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Por ocasião da renovação das cartas de fiança em 2017, foi devida a comissão de renovação, no montante de R\$10.507, esse montante foi registrado em despesas financeiras no exercício de 2017.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2017.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

b. Debêntures

Data de emissão	Data da liberação	Data Vencimento	Quantidade de títulos	Valor unitário	Encargos financeiros	Amortização
15/12/2016	12/01/2017	15/12/2030	150.000	1.000	IPCA + 7,5651% a.a.	Semestral

A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R\$ 2.714 referente a R\$ 3.779 de principal e R\$ (1.065) de custos de captação. No passivo não circulante possui registrado o montante de R\$ 130.806 referente a R\$143.583 de principal e R\$ (12.777) de custos de captação.

A Companhia constituiu a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em serie única, para distribuição pública,

com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro e 2009 e das demais disposições legais e regulamentares.

As debêntures são escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados, pelo agente Fiduciário Pentágono S.A.

Os recursos captados serão integralmente destinados as obras Nova Santa Rita - Povo Novo - Marmeleiro - Santa Vitoria, em 525 KV, e das subestações do Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitoria do Palmar, e aquisição de maquinas e equipamentos.

A Movimentação e saldo das Debêntures estão apresentados a seguir:

	Circulante		
	Principal	Encargos financeiros e custos de captação	Total
Liberação dos recursos em 12.01.2017	15.790	-	15.790
Custos de captação	-	(1.064)	(1.065)
Pagamentos	(3.814)	(11.297)	(15.111)
Transferência longo prazo	(10.598)	4.085	(6.513)
Apropriação custo de captação	-	1.064	1.064
Varição monetária incorporada ao principal	3.119	-	3.119
Encargos financeiros	-	5.429	5.429
	<u>4.497</u>	<u>(1.783)</u>	<u>2.714</u>
	Não Circulante		
	Principal	Encargos financeiros e custos de captação	Total
Liberação dos recursos em 12.01.2017	137.070	-	137.070
Custos de captação	-	(12.777)	(12.777)
Transferência curto prazo	10.598	(4.085)	6.513
	<u>147.668</u>	<u>(16.862)</u>	<u>130.806</u>

Convenants e garantias

Como garantia à primeira emissão das debêntures, os acionistas darão, em caráter irrevogável, penhor de ações em favor do agente Fiduciário, caução de direitos creditórios decorrentes da receita de prestação de serviços de transmissão e direito de receber valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente à companhia, nos termos do contrato de concessão. A companhia manterá os direitos creditórios de contas vinculadas, conta centralizadora, conta reserva do BNDES, conta de pagamento das debêntures e conta reserva das debentures.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 3 (três) anos

seguidos ou 4 (quatro) anos intercalares. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentou índice de cobertura da dívida (ICSD) igual ou superior a 1,2.

- Constituir conta Reserva das Debêntures, que deverá conter a todo momento saldo mínimo equivalente ao somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios;
- Constituir conta de Pagamento de Debêntures, que deverá ser preenchida ao longo do período dos 6 (seis) meses anteriores a cada Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Amortização, com parcelas mensais equivalentes a 1/6 (um sexto) do somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente de forma que a Conta de Pagamento das Debêntures esteja integralmente preenchida no dia imediatamente anterior à data do vencimento de cada prestação da parcela do valor de Juros Remuneratórios e/ou Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado.

12 Taxas regulamentares

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva global de reversão (RGR)	1.835	1.707
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	1.045	835
Taxa de fiscalização – ANEEL	403	403
	3.283	2.945

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

- **Reserva Global de Reversão - RGR** - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.
- **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D** - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.
- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

13 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Imposto de renda e contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.894
(+) Imposto diferido constituído	2.074
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.968

14 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia realizou a devolução para as acionistas no valor de R\$71.500 em 26 de janeiro de 2017. Cada acionista recebeu o valor correspondente a sua participação, sendo R\$36.465 para acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e R\$35.035 para acionista Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT. O saldo remanescente, R\$ 99.861, foi integralizado ao capital social, conforme deliberado em ata de Assembleia Geral Extraordinária em 25 de janeiro de 2017.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2017 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2016), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 379.861 (R\$ 280.000 em 31 de dezembro de 2016), o qual é representado por 379.861.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Acionistas						
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	193.729.000	51	193.729	142.800.000	51	142.800
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	186.132.000	49	186.132	137.200.000	49	137.200
	379.861.000	100	379.861	280.000.000	100	280.000

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, em 25 de janeiro de 2017, foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 99.861, oriundo de adiantamento para futuro aumento de capital.

b. Reserva Legal

Em conformidade com o Estatuto Social e a Lei nº 6.404/76, a Companhia constitui uma reserva com o total de 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros a destinar

Refere-se à parcela do lucro excedente ao dividendo mínimo obrigatório à disposição da Assembleia.

d. Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é composto pelos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017, conforme apresentado a seguir:

Cálculo dos dividendos

Lucro líquido do exercício 2017	16.372
(-) Prejuízos acumulados	(4.942)
(-) Reserva legal	(572)
	10.858
Base para dividendos	10.858
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.715

16 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC 30 (R1) - Receitas é apresentada abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de serviços de O & M	13.395	11.101
Receita com ativo financeiro	92.686	97.494
Receita de construção	24.985	9.381
	131.066	117.976
Receita Operacional Bruta	131.066	117.976
Dedução da receita bruta	(15.208)	(14.647)
Receita Operacional líquida	115.858	103.329

17 Custos de operação

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros	(6.210)	(5.926)
Indisponibilidade de equipamento	(4.611)	(2.271)
Associação ONS	(46)	(39)
Seguros	(263)	(237)
	(11.130)	(8.473)
	(11.130)	(8.473)

18 Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	(935)	(850)
Serviços de terceiros	(2.132)	(1.709)
Materiais	(21)	(17)
Depreciação	(105)	(52)
Outros	(52)	(58)
	(3.245)	(2.686)

19 Resultado financeiro líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	6.376	2.891
Outros	226	331
	6.602	3.222
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(48.402)	(44.625)
Encargos financeiros (a)	(15.708)	(15.080)
Encargos Selic	-	(784)
Variação monetária	-	(3.104)
Juros de mora	-	(4.920)
Outros	(544)	(467)
	(64.654)	(68.980)
Resultado financeiro líquido	(58.052)	(65.758)

- (a) Do montante total, R\$10.507 refere-se a renovação da fiança paga em virtude do contrato de empréstimo e financiamento junto ao BNDES, conforme explicado na Nota Explicativa nº 11.

20 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 935 (R\$ 850 em 31 de dezembro de 2016).

b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- (i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- (ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.059 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

21 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	6.723	6.208
Cauções e depósitos vinculados	41.416	18.214
Concessionárias e Permissonárias	11.069	12.242
Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante)	97.704	30.249
Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante)	671.259	746.136
Ativo financeiro indenizável (não circulante)	175.399	150.413
	1.003.570	963.462
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores e empreiteiros	(12.090)	(18.266)
Empréstimos e financiamentos	(436.883)	(454.852)
Debêntures	(133.520)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(171.361)
	(582.493)	(644.479)

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

(i) *Operações ativas*

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

(ii) *Operações passivas*

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31 de Dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 436.883 como sua dívida total indexada em TJLP. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

A companhia para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros com taxas de juros pós-fixadas.

Índices	Saldo	Exposição	Redução despesa financeira - 12 meses			Aumento despesa financeira - 12 meses		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
Ativo								
Aplicações financeiras	6.723	CDI	12,81%	430,60	215,30	861,21	1.076,52	2.521,12
Cauções e depósitos vinculados	41.416	CDI	12,81%	2.652,69	1.326,34	5.305,38	6.631,74	7.958,08
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos	436.883	TJLP	7,50%	16.383,11	8.191,55	32.766,22	40.957,78	49.149,34
Debêntures	133.520	IPCA	2,95%	1.969,42	2.954,13	3.938,84	4.923,55	5.908,26

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício de 2017 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

31.12.2017

Integralização de capital com AFAC (a) 99.861

- (a) A Companhia utilizou parte do adiantamento para futuro aumento de capital existente em 31 de dezembro de 2016 para integralizar ao capital social em 2017.

24 Eventos Subsequentes

a. Entrada em operação comercial da SE POVO NOVO

Em 22/01/2018, entrou em operação comercial o 2º Banco de autotransformadores 525/230-13,8kV, com potencia de 672MVA. Os investimentos previstos para este empreendimento foi de R\$ 42 Milhões com Receita Aual Permitida - RAP vinculada de R\$ 6,4 Milhões. Os recursos que viabilizaram a execução deste empreendimento são oriundos da emissão das debentures de infraestrutura.